

Surdez: Família e padrões de Normalidade

SOUZA, Andréia Cristina Leite.

(Mestre em Educação, Arte e História da Cultura)

SILVA, Victor Alves Aragão Santiago.

(Pós-graduando em LIBRAS)

RESUMO

O presente artigo científico tem como foco entender as visões sociológica e clínica e suas influências na família ouvinte em relação ao diagnóstico da criança surda. Para isso realizamos uma pesquisa quantitativa disparada nas redes sociais com as seguintes perguntas: Qual a terminologia correta para denominar uma pessoa que não escuta? e O que é LIBRAS?. com a intenção de descobrir como ultrapassar os obstáculos que impossibilitam a criança surda ter acesso a Língua de Sinais precocemente. Utilizamos como aparato teórico: Amaral (1995), Gesser (2009), Goldfeld (2002), Houaiss (2010), Laraia (2001), Lorentz (2006), Skiliar (2010) e Strobel (2009). Sendo assim, o presente estudo analisa a temática com relação ao que a sociedade entende sobre surdez, e quais as suas influências e impactos dentro de uma família ouvinte que tem um filho surdo.

Palavras-chave: Surdez; Família; Sociedade;

ABSTRACT

This scientific article focuses on understanding the sociological and clinical views and their influences on the listening family in relation to the diagnosis of deaf children. For that, we carried out a quantitative research triggered on social networks with the following questions: What is the correct terminology for naming a person who does not listen? and What is LIBRAS ?. with the intention of discovering how to overcome the obstacles that make it impossible for the deaf child to have access to Sign Language early. We used a theoretical apparatus: Amaral (1995), Gesser (2009), Goldefeld (2002), Houaiss (2010), Laraia (2001), Lorentz (2006), Skiliar (2010) and Strobel (2009). Thus, the present study analyzes the theme in relation to what society understands about

deafness, and what are its influences and impacts within a hearing family that has a deaf child.

Keywords: Deafness; Family; Society;

Surdez e Família

Qual conceito temos em relação ao surdo, a cultura surda e a língua de sinais? Você já se perguntou como a sociedade e a família se comportam diante de uma pessoa diagnosticada com surdez? Descobriremos ao longo deste artigo.

Quando uma família espera um bebê eles criam uma expectativa em relação a quem será essa criança. Por exemplo: cor dos olhos, a cor do cabelo, cor da pele, com quem vai se parecer, organizam enxoval e idealizam um futuro promissor a esse novo membro da família.

No momento em que a criança nasce e os pais recebem o diagnóstico de uma possível deficiência como, por exemplo, a surdez é como se esse bebê que eles pensaram tivesse vindo a falecer “bebe idealizado” e puseram outro no lugar “bebê real”. E a partir de então ele precisa lidar com essa nova realidade.

Algumas famílias ouvintes conseguem passar por esse momento “luto” e o enfrentam, assim, ajudam seus filhos, ou seja, compreendem a real necessidade do acompanhamento fonoaudiológico e reúnem esforços para contribuir com o bem estar da criança e o desenvolvimento da linguagem, da comunicação e outras necessidades. Outras famílias, não aceitam essa nova realidade, insistem em acreditar que a criança não precisa de ajuda; escondem o diagnóstico, ou simplesmente tentam esquecer. Acham que com o tempo a criança desenvolverá sozinha a capacidade de comunicação, ou que encontrarão a cura da surdez. Conforme Amaral (1995, p. 112):

“A deficiência jamais passa em “brancas nuvens”, muito pelo contrário: ameaça, desorganiza, mobiliza. Representa aquilo que foge do esperado, ao simétrico, ao belo, ao eficiente, ao perfeito... e assim como quase tudo

que se refere à diferença, provoca a hegemonia do emocional.”

A hegemonia do emocional, ou seja, o desequilíbrio emocional pode desestabilizar uma família, justamente pelos padrões que a sociedade impõe como certo. Deste modo, pode-se levar muito tempo para aceitação familiar e assim tomam a situação como um castigo reflexo de uma ideologia instaurada no passado para apoiar a nossa ideia citamos LORENTZ (2006) que conta que em Esparta, onde, de acordo com a legislação instaurada, as crianças nascidas com alguma deformidade ou diferença anatômica não eram consideradas pessoas e, portanto, eram levadas ao alto de montes e atiradas de lá.

Considerando tais apontamentos, sabemos que a criança que foge dos padrões de normalidade impostos pela sociedade devem contar com o apoio de suas famílias, parentes, amigos e principalmente os profissionais da escola.

Existem duas visões distintas que surgiram ao longo da história em relação à surdez: a Clínica e a Sociológica.

Na visão clínica o surdo é considerado uma pessoa incompleta, que tem necessidade de passar por um processo de reabilitação para pertencer, enquadrar-se e corrigir-se conforme os padrões estabelecidos socialmente.

Historicamente as representações clínicas transformou o modo de vida dos surdos e também o ambiente de sala de aula em espaços terapêuticos em um local apenas para recuperação do surdo em ouvinte impedindo o surdos de utilizar como meio de comunicação as línguas gestuais e participar de uma cultura diferenciada da maioria. Conforme Skliar (2010 p. 16) “Tal transformação deve ser entendida como uma das causas fundamentais na produção do holocausto linguístico, cognitivo e cultural que viveram os surdos”. Chamamos tal processo de ouvintização.

A visão Sociológica é distinta da Clínica, pois segundo Skliar (2010, p. 11), “A surdez constitui uma diferença a ser politicamente reconhecida; a surdez é uma experiência visual; a surdez é uma identidade múltipla ou multifacetada [...]”.

Os surdos possuem uma forma diferente de ser e estar no mundo, diferente do ouvinte, assim como qualquer outro grupo que tenha diferenças culturais, étnicas, religiosas, sexuais e de língua. Conforme Strobel (2009, p. 96) “os povos surdos estão cada vez mais motivados pela valorização de suas “diferenças” e assim respiram com mais orgulho a riqueza de suas condições culturais e temos orgulho de sermos simplesmente autênticos “surdos”!”.

Visto que a surdez é uma forma diferente de ser e estar no mundo e que foge dos padrões de normalidade citemos Laraia (2001, p. 75) que diz que “o costume de discriminar os que são diferentes, porque pertencem a outro grupo, pode ser encontrado mesmo dentro de uma sociedade”.

Para isso, entendemos a necessidade de um atendimento e estimulação precoce para essa criança surda. Segundo AMARAL (1995, p. 96) “a aceitação ativa é o acolhimento da deficiência, e estará sempre ligada a múltipla configuração esboçada. Mas, de qualquer forma, ela significa a presença não passiva no cotidiano de cada um [...]”.

Sobretudo, para que haja uma aceitação ativa, um dos mecanismos principais é colocar a criança surda em contato com a Língua de Sinais o mais rápido possível conforme Goldfeld, (2002, p. 160) nos explica como deve acontecer a estimulação precoce vejamos o estudo de caso sobre uma criança surda que se chama Gustavo:

“É preciso que a família da criança surda tenha consciência da necessidade de estimular essa criança. As informações que naturalmente a criança ouvinte recebe devem ser dadas também à criança surda, caso contrário, como ocorre com Gustavo, essa criança desenvolve-se de forma bastante diferente, não chegando a níveis de generalização mais abstratos e também não utilizando a língua, para pensar.”

Para que o desenvolvimento da criança surda não seja diferente devemos ter consciência que o desenvolvimento da linguagem está ligado ao desenvolvimento da personalidade do sujeito, constituindo assim a sua

identidade cultural. É pela linguagem e aquisição de língua que o indivíduo expressa/modela seus pensamentos, suas vontades é um veículo ao qual ele influencia, é influenciado e permite a transmissão cultural.

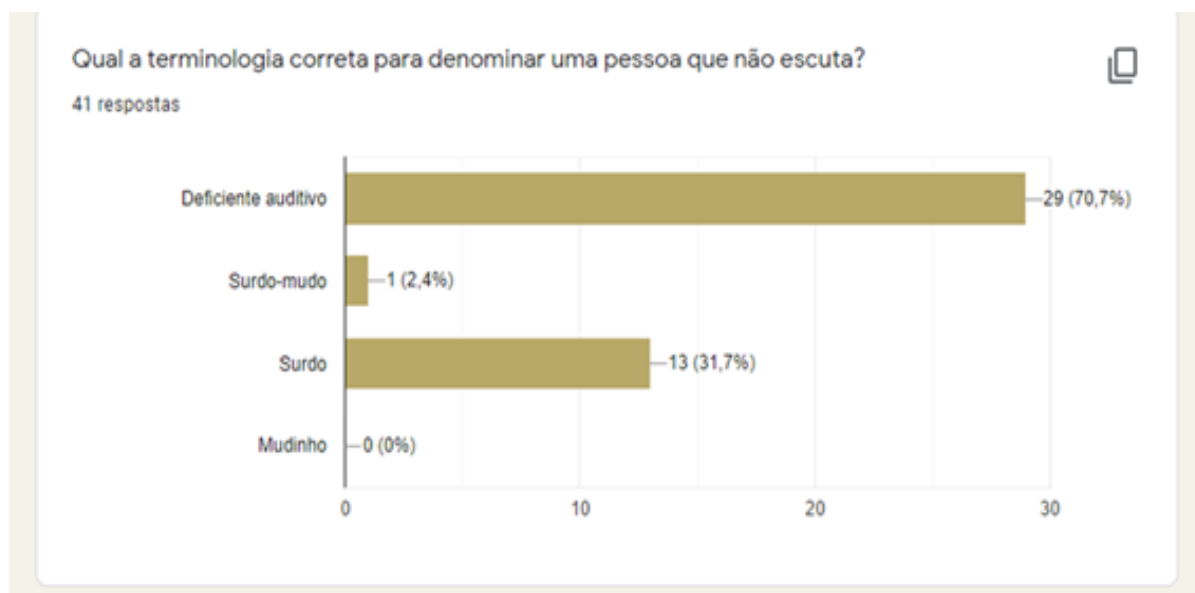
As famílias necessitam de orientações para enfrentarem de maneira eficaz situações que diferem das convencionais, não somente procurar uma cura ou reabilitação para a criança surda ter uma vida “normal”, essas orientações possibilitam que a família conheça os direitos e os deveres pertinentes ao estabelecimento de uma relação participativa com a escola e a comunidade, de maneira geral.

Pesquisa

Para entendermos como os padrões de normalidade influenciam na formação e desenvolvimento da criança surda, decidimos mensurar de forma quantitativa utilizando questões norteadoras que nos fizessem compreender quais as visões ou os padrões de engessamento que a sociedade ainda mantém muitas vezes por falta de informação.

A pesquisa foi realizada por meio das redes sociais através do Google Forms utilizando as seguintes questões: Qual a terminologia correta para denominar uma pessoa que não escuta? e O que é LIBRAS?. Tivemos 41 voluntários. Os dados coletados foram analisados e utilizados para este artigo.

A análise abarca a questão 1: Qual a terminologia correta para denominar uma pessoa que não escuta? Vejamos o gráfico a seguir:



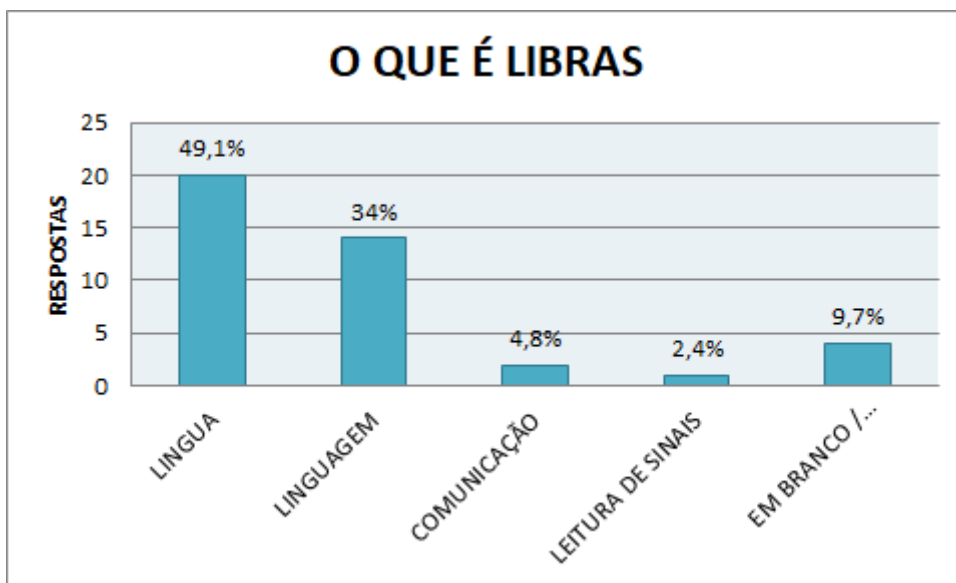
O gráfico nos mostra que 31,7% utilizam a terminologia esperada, Surdo, pois entende a surdez como uma diferença, ou seja, possuem uma visão sociológica. 2,4% dos voluntário acreditam que o termo mais correto seria Surdo-Mudo e 70,7% deficiente auditivo, ou seja, ainda percebem a surdez apenas como a falta de audição deixando claro que a visão Clínica ainda é muito forte.

Segundo o dicionário Houaiss (2010) o termo Deficiente adj 1 Que tem alguma deficiência, falho, falto. (p.223) Surdo adj s.m 1 Que(m) não ouve. (p. 735) Surdo-mudo s. m Que(m) é surdo e mudo surdo-mudez (p. 735)

Culturalmente essas definições trazem uma descaracterização da deficiência, sobretudo as definições soam com um tom pejorativo, e que não contempla o sujeito integral e único que essa pessoa é.

O termo surdo-mudo e mudinho é um termo muito pejorativo, vejamos com Laborrit (1994) apud Gesser (2009, p. 46): “Recuso-me a ser considerada excepcional, deficiente. Não sou. Sou surda para mim, a Língua de Sinais corresponde a minha voz, meus olhos são os meus ouvidos. Sinceramente nada me falta, é a sociedade que me torna excepcional”. O surdo escuta com os olhos e fala com as mãos a ausência da língua oral em nada falta.

Vejamos o gráfico da questão 2:



Podemos perceber que 2,4% acredita que a LIBRAS é a leitura dos sinais, 4,8% pensam que é uma forma de comunicação, 9,7% não souberam responder, 34% vê a LIBRAS como uma linguagem e 49,1% afirma que LIBRAS é uma Língua.. As respostas nos remetem a ideia de que a LIBRAS enquanto língua está se tornando mais conhecida pela sociedade majoritária ouvinte. Acreditamos que as redes sociais têm contribuído muito para isso.

O linguista americano William Stokoe em 1960 comprovou que a língua americana de sinais (ASL) possuía status linguístico, essa descoberta contribuiu para o reconhecimento das outras línguas de sinais, deste modo a LIBRAS é uma língua a Língua Brasileira de Sinais, pois tem status linguístico e gramática e foi reconhecida pela LEI 10.436/2002 e regulamentada pelo decreto 5.626/2005.

O reconhecimento da LIBRAS foi um momento marcante para a comunidade surda, a luta perdurou por muitos anos até que houvesse o reconhecimento da LIBRAS como segunda língua oficial no Brasil, grande conquista essa. Atualmente, na comunidade ouvinte, a LIBRAS não é muito utilizada, a comunidade ouvinte muitas vezes desconhece, ou não enxerga a necessidade em utilizá-la e para mudarmos esse cenário é primordial que haja aceitação e utilização da Língua Brasileiras de Sinais disseminando-a.

Conclusão

Deste modo podemos concluir que ainda é necessário que a identidade e cultura surda e a Língua Brasileira de Sinais seja difundida, pois muito contribuirá para que o quadro apresentado seja modificado pela aceitação e respeito às diferenças linguísticas e culturais.

Vale salientar que essa pesquisa poderá ser melhor aprofundada e servirá como base para outras pesquisas. Nosso estudo também não é o único, mas existem outros como dissertações de mestrado que buscam romper barreiras de acesso à LIBRAS, bem como os padrões de normalidade impostos pela sociedade e que influenciam diretamente no desenvolvimento da criança surda.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Lígia Assumpção. **Conhecendo a deficiência: em companhia de Hércules**. 1995. 1ª edição. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências**. Diário Oficial da república Federativa do Brasil, Brasília, 25 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso: 27/05/2021.

_____. Decreto nº 5.626. **Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Diário Oficial da república Federativa do Brasil, Brasília, 23 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso: 27/05/2021.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. 1971. 1ª edição. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOLDFELD, Márcia . **A criança surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2002. 2ª edição. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

HOUAISS, Antônio, **Minidicionário Houaiss da língua Portuguesa [Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar ; elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de dados da Língua Portuguesa]**. 4ª edição. rev. e aumentada. Objetiva, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LORENTZ, Lutiana Nacur. **A norma da igualdade e o trabalho das pessoas com deficiência.** São Paulo: LTr, 2006.

Skiliar. Carlos (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 2010.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: UFSC, 2009.